



*[Handwritten signature]*

64

**Reunião ordinária – Ata n.º 02/2016**

**Data** 2016-01-18

**Início** 14.30 horas

**Local** Cidade de Tomar, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

**Termo:** 16.10 horas

**Presenças:**

<b>Presidente</b>	<b>Anabela Gaspar de Freitas</b>
<b>Vereadores</b>	<b>João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro</b>
	<b>Pedro Alexandre Ramos Marques</b>
	<b>Rui Miguel dos Santos Serrano</b>
	<b>António Manuel Baptista Gonçalves Jorge</b>
	<b>Bruno Vítor Domingos Graça</b>
	<b>Hugo Renato Ferreira Cristóvão</b>

**Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**

-----  
**Da Ordem do Dia que se transcreve constavam os seguintes assuntos: -----**

**APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 23-11-2015 -----**

**BALANCETE -----**

**PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE: -----**

**N.º 01 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR (2/PPSR/PR/2016) ---**

**N.º 02 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E BENEFICÊNCIA DOS BOMBEIROS DE TOMAR (1/PPSR/PR/2016) -----**

**N.º 03 – PROTOCOLO COM A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TOMAR (SÃO JOÃO BAPTISTA E SANTA MARIA DOS OLIVAIS) PARA INTERVENÇÕES NO PERÍMETRO URBANO (2/PPRC/PR/2016)-----**

**N.º 04 – ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA – CRITÉRIOS E MONTANTES PARA 2016 (75/PPRC/PR/2015) -----**

**INFORMAÇÕES DA SENHORA PRESIDENTE:-----**

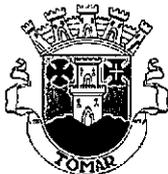
**N.º 05 – PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2016 DA ADIRN (1/PPRC/PR/2016 - 14/ENTEXT/PR/2013)-----**



*[Handwritten signature]*



- N.º 06 - CEDÊNCIA DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO DE TOMAR DURANTE O MÊS DE DEZEMBRO DE 2015 (5/PGEN/PR/2016 - 15/DIVER/PR/2013) -----**  
**GABINETE DE COMUNICAÇÃO: -----**
- N.º 07 - RELATÓRIO DE CUSTOS DE IMPRESSÃO NO ANO DE 2015 (2/PGEN/GC/2016) - DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----**
- N.º 08 - EMPREITADA DE PROTEÇÃO DAS MARGENS DO RIO NABÃO A JUSANTE DO AÇUDE DO FLECHEIRO - Receção definitiva (5222/ENTE/DAJA/2015 - 53/CONPUB/DOM/2013) -----**
- N.º 09 - EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO COMPLEXO CULTURAL E MUSEU DA LEVADA - Revisão de preços (55/EMPR/DOM/2015 - 18/CONPUB/DOM/2013) -----**
- N.º 10 - EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO COMPLEXO CULTURAL E MUSEU DA LEVADA - Conta final provisória (56/EMPR/DOM/2015 - 18/CONPUB/DOM/2013)-----**
- N.º 11 - CEDÊNCIA DE VEÍCULO PESADO À JUNTA DE FREGUESIA DE SABACHEIRA (8739/ENTE/DAJA/2015 - 1/VIATEQ/DOM/2013)-----**
- N.º 12 - CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE SERRA E JUNCEIRA (8540/ENTE/DAJA/2015 - 1/VIATEQ/DOM/2013)-----**
- N.º 13 - CEDÊNCIA DE VEÍCULO PESADO À JUNTA DE FREGUESIA DE SERRA E JUNCEIRA (7764/ENTE/DAJA/2015 - 1/VIATEQ/DOM/2013) -----**
- N.º 14 - CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTOS ÀS FREGUESIAS NO ANO DE 2015 (121/PGEN/DOM/2015 - 1/VIATEQ/DOM/2013) -----**  
**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:-----**
- N.º 15 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (144/PEDI/DGT/2015 - 485/DIVER/DGT/2015)-----**
- N.º 16 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (145/PEDI/DGT/2015 - 486/DIVER/DGT/2015)-----**
- N.º 17 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (146/PEDI/DGT/2015 - 487/DIVER/DGT/2015)-----**
- N.º 18 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (147/PEDI/DGT/2015 - 488/DIVER/DGT/2015)-----**
- N.º 19 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (148/PEDI/DGT/2015 - 489/DIVER/DGT/2015)-----**
- N.º 20 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (149/PEDI/DGT/2015 - 490/DIVER/DGT/2015)-----**



*[Handwritten signature]*

**N.º 21 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (150/PEDI/DGT/2015 - 491/DIVER/DGT/2015)**-----

**N.º 22 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (151/PEDI/DGT/2015 - 492/DIVER/DGT/2015)**-----

**N.º 23 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (152/PEDI/DGT/2015 - 493/DIVER/DGT/2015)**-----

**N.º 24 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE - PARECER (153/PEDI/DGT/2015 - 494/DIVER/DGT/2015)**-----

**DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS:**-----

**N.º 25 – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR (9371/ENTE/DAJA/2015 - 3/ELEIC/DAJA/2015)**-----

**N.º 26 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA ALIENAÇÃO ATRAVÉS DE VENDA JUDICIAL DO PRÉDIO SITO NA TRAVESSA DA CHOROMELA, N.º 2 – 1.º ESQ.º (866/AGEN/DAJA/2015)**-----

**DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:**-----

**N.º 27 – UTILIZAÇÃO DO CINETATRO PARAÍSO DE TOMAR (9056/ENTE/DAJA/2015 - 7/ESPEQ/DTC/2014)**-----

**DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:**-----

**N.º 28 – ACIDENTES RODOVIÁRIOS OCORRIDOS NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO DE TOMAR – 4.º trimestre de 2015 (8309/ENTE/DAJA/2015-1/ESCAMU/DOM/2013, 9002/ENTE/DAJA/2015-1/ESCAMU/DOM/2013 e 220/ENTE/DAJA/2016-1/ESCAMU/DOM/2013)**-----

**EQUIPA DE PROJETO TOMARHABITA:**-----

**N.º 29 – PROJETO DO CENTRO ESCOLAR DA LINHACEIRA – programa base (9160/ENTE/DAJA/2015 - 2/ESCOL/EPTH/2015)**-----

**N.º 30 – PROJETO DE RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PÚBLICAS JUNTO À CAPELA DE SÃO GREGÓRIO – parecer da Direção-Geral do Património Cultural (7691/ENTE/DAJA/2015 - 2/EDIMUN/EPTH/2015)**-----

**UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:**-----

**N.º 31 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – Reunião de 5 de janeiro de 2016 (3/PGEN/UISE/2016 - 7/PROJPAR/DEAS/2013)**-----



*[Handwritten signature]*

**N.º 32 – ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR – Ano letivo 2015/2016 (1/PPRC/UISE/2016 - 17/ASESC/DEAS/2013)-----**

**N.º 33 – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS – ANO LETIVO 2015/2016 – 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO - 4.ª FASE (1/ESPP/UISE/2016 - 27/ASESC/DEAS/2013)-----**

**Sendo catorze horas e trinta minutos, a Sra. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, e deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----**

**A Sra. Presidente** começou por dizer que, perante o início atribulado deste ano civil e as especulações que têm surgido, pretende reafirmar aqui a confiança na coligação PS/CDU e a vontade dos dois partidos, da Presidente da Câmara Municipal e do Vereador Bruno Graça, representante da CDU no Executivo Municipal, de continuar a trabalhar, como sempre, até ao fim, em prol do concelho de Tomar. Informou que foram tomadas um conjunto de medidas, nomeadamente ao nível da redistribuição de pelouros e da adoção de novas metodologias de trabalho. Deu conta de que os documentos distribuídos aos Srs. Vereadores se referem à intervenção que vão realizar no parque infantil do Parque das Merendas, constituindo o projeto e o exemplo de alguns dos equipamentos com que vão dotar o referido espaço, cuja área útil vai ser ampliada e passará a beneficiar também crianças de outras faixas etárias. Informou que, amanhã, o referido espaço vai encerrar ao público, pelo prazo previsível de três a quatro meses. Deu conhecimento que, esta semana, no âmbito da obra a efetuar em Palhavã, vão realizar-se duas reuniões de obra: a primeira, no dia dezanove, entre os serviços municipais, os SMAS e a EDP; a segunda, no dia vinte, no local da obra, com a EPAL; de seguida, irão reunir com as outras empresas que podem atuar nas infraestruturas pois todas as empresas poderão aproveitar a abertura das valas para implementarem as suas infraestruturas, nomeadamente o gás. Deu ainda conhecimento da reunião havida, no passado dia catorze, com o Secretário de Estado das Autarquias Locais, onde tentaram perceber o que é que virá no Orçamento de Estado para o corrente ano e o que é que se perspetiva, apesar de, como é público, não estar ainda fechado e estarem a decorrer algumas negociações com os partidos que suportam o Governo. Deu conta que, no dia trinta de dezembro, foi publicado um decreto-lei que estende a vigência do Orçamento do Estado para dois mil e quinze, e que, por aquilo que lhe foi dito, o Orçamento de Estado para o corrente ano não vai dar grande abertura à contratação de trabalhadores, pelo que foram anulados todos os concursos de mobilidade que estavam em curso. Por último, informou que aguarda a marcação da reunião com o Conselho



*[Handwritten signature]*

de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, na sequência da abordagem que aqui têm feito sobre a questão da saúde em Tomar. -----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** começou por reafirmar aquilo que acabou de ser dito pela Sra. Presidente pois, para a CDU, os acordos que faz são sempre para cumprir, nunca são acordos para andar ao sabor do vento ou ao sabor de oportunidades que vão surgindo. Afirmou que, desde o primeiro momento, foi essa a maneira de estar da CDU, com o seu programa e com as suas ideias, procurando sempre contribuir para que a gestão da autarquia em Tomar correspondesse aos anseios da população e se encaminhasse, sempre, no sentido da resolução dos problemas da população do concelho e dos constrangimentos que impedem o seu desenvolvimento. Garantiu que não vale a pena haver especulações, vão continuar sempre nessa linha e, da parte da CDU, estão para cumprir o acordo até ao final, pois, como já disse na última reunião, não estão aqui para andar a vaguear ou a baloiçar ao sabor dos temporais, estão para trabalhar e é isso que vão continuar a fazer, cumprindo o compromisso que têm para com a população – o principal – e, também, o compromisso com a outra força política com quem fizeram um acordo de governação da Autarquia. Disse que, a menos que surja uma coisa do outro mundo, não serão questões destas – não são decisivas, são mais fait divers do que outra coisa - que os afastarão desse caminho. Relativamente à abertura do mercado, informou que está tudo a ser preparado para a abertura formal ter lugar no próximo dia vinte e oito, pelas dezasseis horas, sem pompa e circunstância, ficando aberto ao público a partir do dia seguinte. Referiu que há um conjunto largo de questões que vem conversando com os diferentes vendedores, das diferentes atividades, que estão a ser equacionadas e vão sendo resolvidas a pouco e pouco. Garantiu que o Município e os vendedores estão satisfeitos por o espaço ir abrir e de espírito aberto ao diálogo para encontrar soluções para cada problema que eventualmente possa surgir na implementação. Disse que o que está em causa é por o espaço ao serviço da população, do Concelho e da região, tornando-o um polo atrativo e um espaço de referência para o próprio centro histórico e para o desenvolvimento e apoio ao comércio local, e que estão cá, de corpo e alma, cheios de força de vontade de corresponder aos anseios de todas as partes. -----

**O Sr. Vereador Hugo Cristóvão** começou por informar que o folheto “Manter o concelho limpo está nas mãos de todos!”, distribuído aos Srs. Vereadores, vai, entretanto, ser enviado a todos os consumidores, junto com a fatura dos SMAS, e que, para além disso, vão tentar desenvolver um trabalho junto das escolas e das associações de pais, para tentar, o mais possível, desenvolver a temática da reciclagem e, acima de tudo, do civismo, tentando apelar



2  
A

a que todos os cidadãos sejam corresponsáveis na tarefa de manter o concelho limpo. Referiu que, independentemente de saberem que, da parte do Município, há algumas situações a melhorar e a resolver, na verdade, sem essa participação de todos os intervenientes, nomeadamente nas questões do civismo, por mais que façam e por mais dinheiro que gastem, nunca conseguirão alcançar essa medida na sua plenitude. Em matéria de habitação social, deu conhecimento que, fruto de um trabalho que têm vindo a fazer no sentido de conseguir resolver algumas situações que, ao longo dos anos, foram ficando por resolver, têm mais seis habitações disponíveis, as quais vão entregar o mais depressa possível, respeitando a lista ordenada do concurso para atribuição de habitações municipais. -----

**O Sr. Vereador João Tenreiro** começou por se referir ao que foi dito sobre a coligação dizendo que não é um problema do PSD mas dos partidos da coligação, que devem governar da forma que sabem governar pois, como já foi aqui dito pelo PSD, se calhar, há assuntos muito mais importantes para resolver em Tomar, muito mais importantes para discutir no seio deste órgão que tricas políticas internas. Sublinhou que estes rumores de que aqui falaram foram criados pelos próprios e são eles que os devem esclarecer, deram a entender que foi a população em geral ou a oposição a levantar alguns rumores quando não foi isso que aconteceu. Referiu que ouviu a declaração do Vereador Bruno Graça onde o mesmo foi claro, disse que não aceitava mais pelouros, que a CDU não estava disponível para aceitar mais pelouros, que ia ser livre para votar como quisesse e apresentar as suas propostas, de forma autónoma, foi, claramente, o que disse, e está documentado, e, agora, com esta intervenção, não percebeu o mesmo, não sabe se aceitou ou não mais pelouros mas, pelos vistos, aceitou. Salientou que, como o PSD sempre disse, é um problema que compete aos próprios resolver, mas o que vê é uma coligação da CDU com um pé dentro e outra fora. Disse que o Vereador Bruno Graça sempre disse que nada tem a ver com as obras do mercado e, quando o questionavam sobre as obras, dizia que era um pelouro que não era dele, que o pelouro dele eram as feiras e mercados, mas, agora, que vai inaugurar, já está a falar das obras em si. Disse que espera que se entendam porque, como a Sra. Presidente já disse, e tem cumprido, não quer trabalhar com o PSD, essa promessa a Sra. Presidente tem cumprido, pois têm apresentado propostas e algumas delas não são sequer agendadas de acordo com a lei. Disse que acha muito bem que se entendam porque há um conjunto de oportunidades que estamos a perder, nomeadamente no âmbito do Portugal dois mil e vinte, e, ou bem que há um entendimento e deixam as políticas de parte ou, então, andam aqui nas tricas políticas, e, para isso, os Vereadores do PSD não estão disponíveis. Quanto à questão do concurso de



J.  
A.

mobilidade, disse que dá vontade de rir que, com base numa reunião que teve com o Sr. Secretário de Estado, a Sra. Presidente anule os concursos quando, no orçamento da Câmara que apresentou, aumentou a rubrica para o pessoal porque iam ter um governo PS e o mesmo já dissera que, em princípio, ia desbloquear a contratação de pessoal e iam deixar de estar limitados, e, agora, tem uma reunião com o Secretário de Estado das Autarquias Locais e, com base nisso, anula um concurso. Informou que, independentemente de ter sido, ou não, anulado o concurso, querem ver a fundamentação da decisão porque, claramente, veem que o problema esteve naquele concurso, sabem muito bem disso, e acham que, ou a Sra. Presidente não falava no assunto, ou dava outra justificação. Referiu que o problema que ocorreu na coligação teve, claramente, origem nesse concurso, foi o que o Vereador Bruno Graça aqui disse na última reunião, onde contou, em pormenor, todos os problemas que havia, deu-os a conhecer aqui, publicamente, vindo, agora, a Sra. Presidente dizer que foi numa reunião com o Secretário de Estado que o mesmo disse para anular o concurso. Questionou se é uma conversa informal com um Secretário de Estado que fundamenta a anulação do concurso. Disse que este órgão é constituído por sete pessoas, que podem não estar a tempo inteiro mas têm alguns conhecimentos, ainda têm uma inteligência, pelo menos mediana, para perceber as coisas, e, às vezes, mais vale que a Sra. Presidente seja sincera e diga a verdade, porque é o melhor, mais vale do que estar aqui a tentar mandar areia para os olhos de muitos cidadãos, nomeadamente sobre os cem dias do Flecheiro - que a Sra. Presidente andou a atrasar, dizia que tinha uma solução e não a apresentou, andou a prolongar, a mandar areia para os olhos -; sobre o mercado, que disse ia ser inaugurado a vinte cinco de abril de dois mil e catorze e, depois, veio dizer que não aconteceu porque a área prevista é muito maior - mas, afinal, veem que a área é exatamente a mesma que estava prevista quando visitou o mercado com o Vereador Bruno Graça, numa houve uma ampliação da área desde a altura em que a abertura do espaço foi anunciada para aquela data; o que houve foi uma ampliação da área em relação à definida no mandato anterior mas, naquela altura, a área já era a que é hoje -; e, agora, quer mandar-lhes areia para os olhos com isto, mas ao PSD não o faz.-----

**O Sr. Vereador João Tenreiro apresentou,** de seguida, em nome dos Vereadores do PSD, **os seguintes requerimentos:** -----

**“Procedimento de recrutamento de técnico de informática, através da figura jurídica de mobilidade interna** - Os vereadores do PSD vêm solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> se digne, através dos respetivos serviços, fornecer cópia integral do procedimento referido, para, no âmbito dos cargos para que foram eleitos e ao abrigo do direito à informação, consignado na Constituição



*[Handwritten signature]*

71

da República Portuguesa e no Código do Procedimento Administrativo, tomarem o devido conhecimento do referido procedimento.”.-----

**“Procedimentos concursais para recrutamento de dirigentes intermédios do 1.º e 2.º grau (diretores de departamento e chefes de divisão) no Município de Tomar** - Os vereadores do PSD, na sequência da designação em regime de substituição dos atuais dirigentes do Município de Tomar (CMT e SMAS), vêm, abrigo do direito à informação consignado na C.R.P. e no Código do Procedimento Administrativo, solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> se digne fornecer, através dos competentes serviços, cópia integral dos processo de abertura dos procedimentos concursais para os respetivos cargos dirigentes, a fim tomarem conhecimento da situação atual dos mesmos.”.-----

Continuando, **o Sr. Vereador João Tenreiro** referiu que a Sra. Presidente disse que estava aqui para trabalhar mas o PSD apresentou uma proposta a onze de março de dois mil e quinze, para constituição do gabinete de apoio aos empresários no âmbito do Portugal dois mil e vinte, e ainda estão à espera do seu agendamento. Perguntou porquê, se é uma manifestação de que estão contra os empresários de Tomar e não lhes querem dar apoio nesta matéria. Salientou que já fala nisto há tanto tempo e que a proposta tem que ser discutida, devendo haver a coragem de a chumbar, como fizeram com a do IMI. Disse que, na altura, tinham uma máquina de propaganda muito boa e não sabe como é que vão fazer agora. De seguida, apresentou a seguinte proposta, a qual espera ver considerada na ordem de trabalhos da próxima reunião:-----

**“PROPOSTA 1/2016: Introdução de Semáforos Cronometrados**-----

1. A solução de semáforos cronometrados com temporizador que avisam peões e condutores do tempo que resta para a utilização da passadeira, constitui uma ferramenta de extrema utilidade para a melhoria da mobilidade numa cidade como Tomar.-----
2. Infelizmente temos vindo a constatar um acréscimo de atropelamentos em passadeiras, o que se traduz num aumento da insegurança rodoviária dos peões.-----
3. O sistema de semáforos cronometrados são compostos por módulos LED, com contador decrescente, que indica o intervalo entre o peão vermelho e o peão verde para movimento. Este facto, aliado a um som sonoro, garante maior segurança para peões e automobilistas.----
4. A existência de semáforos com temporizadores noutras cidades têm sido exemplos de sucesso, principalmente nas zonas com maior tráfego.-----
5. Em Tomar, a introdução de semáforos com temporizador seria de todo importante na avenida Nuno Álvares Pereira, tendo em conta o fluxo de peões que se deslocam da ponte do



72

Flecheiro para a Estação da CP da Rodoviária, assim como no sentido contrário, sendo assim intensa a circulação de pessoas naquele local.-----

6. A aplicabilidade destes semáforos com temporizador vem certamente reduzir o risco de acidentes e atropelamentos, diminuindo também, os níveis de poluição e de stress; ----- Neste sentido, propomos que se introduza, com a maior brevidade possível semáforos cronometrados na avenida Nuno Álvares Pereira e Rua Torres Pinheiro, no cruzamento da via da Avenida dos Combatentes da Grande Guerra e Ponte do Flecheiro, como elemento de promoção da segurança rodoviária.”-----

**O Sr. Vereador Bruno Graça** disse ao Vereador João Tenreiro que, por vezes, a retórica esconde coisas e coisitas que convinha que não utilizassem aqui, a bem da informação rigorosa e correta, pois não quer crer que não saiba ler ou que tenha sido alguém a dizer-lhe o que aqui foi dito por si, estava aqui e certamente ouviu, para além de que, certamente, constará na respetiva ata. Sublinhou que, hoje, não se referiu a nenhuma obras do mercado, referiu a abertura do mercado e os problemas que, agora, podem surgir, os quais se inserem na área de gestão do espaço, pois não serão, com certeza, paredes a cair ou portas arrombadas, eletricidade que não funciona ou água que não existe, porque, realmente, essa área não é sua, os problemas que, agora, podem surgir são muitos outros que os comerciantes lhe têm colocado no dia-a-dia, relacionados com a gestão do espaço, área que, de facto, é sua. No que se refere à declaração política que fez na última reunião, salientou que não disse aqui que a CDU não aceitava mais pelouros, antes deu conta de um documento em que a CDU dizia que, enquanto houvesse alguns problemas que existiam no relacionamento, não aceitaria novas competências. Afirmou que, resolvidos os problemas estão aqui para trabalhar.-----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** começou por se referir à doação completamente gratuita do edifício sito na Rua Dr. Joaquim Jacinto, onde se encontra a Casa Lopes-Graça, efetuada pelo Sr. Rui Costa, o primeiro andar no seu mandato, na década de noventa, e, mais tarde, no mandato do Eng.º Paiva, o rés-do-chão. Disse que se for pacífico a colocação da placa no interior do edifício, já recuperado, e muito bem, conforme foi, na altura, combinado, não apresentará uma proposta nesse sentido, pois é algo que já devia ter acontecido e é mais do que justo que aconteça. -----

**A Sra. Presidente** disse que desconhecia essa situação mas, se houve a doação deve haver uma deliberação que a aceita e poderá até dizer isso mesmo mas, mesmo não dizendo, vê perfeitamente pacífico que haja uma placa alusiva a esta doação e dará instruções aos serviços para que projetem uma placa e analisem qual é o melhor local para a sua afixação. -----



Continuando, o **Sr. Vereador Pedro Marques** informou que, se não houver deliberação há, pelo menos, a escritura de doação. Sugeriu que seja dado conhecimento prévio ao dador do que se vai lá por, deixando isso ao critério da Sra. Presidente. Tendo em conta a informação inicial da Sra. Presidente, e também do Vereador Bruno Graça, que há confiança na coligação PS/CDU e que houve especulação, disse que tem que perguntar de quem. Referiu que não foi só com a questão do concurso de mobilidade de técnico de informática porque, em novembro de dois mil e treze, não acontecia isso, e, se estava tudo bem, então sim houve retórica, porque, perante os fatos aqui trazidos pelo próprio Vereador Bruno Graça, já havia problemas pelo facto de a Sra. Presidente ter nomeado o Chefe de Gabinete e, ao cabo e ao resto, de todas as competências que este teve e de todo o desenvolvimento que o processo teve até ao momento, culminando então com a questão do concurso de mobilidade. Sublinhou que não é especulação a Sra. Presidente ter mudado de Vice-Presidente, é um facto concreto que resulta obviamente da coligação. Disse que ainda bem que a coligação está coesa porque, nas próximas eleições, a responsabilidade é do PS e da CDU, depois do que aqui disseram, nem a Sra. Presidente nem o Vereador Bruno Graça podem descartar-se de responsabilidades no que se passou e no resultado concreto a que chegarão em outubro de dois mil e dezassete. Salientou que, no caso do mercado, por exemplo, que vai abrir quase com dois anos de atraso, deviam pedir desculpa à população, pois ainda se lembra que, quando cá chegaram, o mercado era para abrir a vinte cinco de abril de dois mil e catorze. Pediu para serem concretos e assumirem as responsabilidades pois querem fazer parecer que está tudo bem, passar um pano sobre o assunto, culpar a comunicação social e a oposição de especular mas não é assim, nunca especularam, falaram sempre de casos concretos. Referiu que, com certeza, também não foi deles a notícia de que, na última reunião do PS, apareceu lá algo de certo modo a dizer para afastarem a CDU porque é um problema, veio nos jornais, todos leram e não se verificou nenhum desmentido sobre isso. Disse que devem assumir que as coisas não correram bem, que uniram esforços, limaram arestas e, agora, vai tudo correr bem, o que é diferente de tentar passar para os outros a responsabilidade de algo correr mal. Disse que as dificuldades que houve são próprias deles e tiveram como resultado que, ao fim de dois anos, as promessas que fizeram estejam por resolver, com realce para a questão do Flecheiro. Disse que, daquilo que lhe chega e se vai apercebendo, acha que as coisas não vão andar, está à espera que, até às próximas eleições, se calhar, a única coisa que fica resolvida é a colocação de uma ou outra família, no âmbito do concurso que promoveram, e, se calhar, o problema do Pascoal, ou doutro parecido. Disse que, se há redistribuição de pelouros não tiveram



conhecimento e ignoram o despacho, situação que o leva a abordar outra questão. Referiu que tem sido uma tristeza o conteúdo das reuniões de Câmara, que a população tem que se convencer que vota num grupo de sete pessoas mas há sempre uma maioria que decide o que quer e, o que é mais grave, não informa o que vai despachando no âmbito das competências que lhes estão delegadas. Disse que isto é grave e que o Vereador Bruno Graça não fala nisso porque está na coligação porque, se estivesse fora, de certeza também falaria. Questionou o que é que têm sabido do que é deferido e indeferido em termos do urbanismo, e respondeu, zero; o que é que têm sido informados do exercício das outras competências que estão delegadas, e respondeu que, de vez em quando, lá chega uma informação sobre toldos, ocupação da via pública, mais nada, e que, hoje, perante o que lhes chegou sobre o parque infantil, é levado a pensar que só podem estar a gozar com eles, pois o mínimo que devia chegar ao Executivo era o projeto e os respetivos custos. Disse que começa a pensar que não vale a pena, que a maioria está a aguardar que, mais tarde ou mais cedo, vão junto do Tribunal Administrativo e Fiscal levantar estas questões porque aprovaram o Portal da Transparência mas não é cumprido, porque o mínimo que podem fazer é dar conhecimento dos despachos que efetuaram no uso das competências delegadas ou aqueles que acarretam despesa ou têm efeitos externos. Disse que sabe que a Sra. Presidente não tinha conhecimento da situação quando, no seguimento da intervenção do Vereador Bruno Graça, aqui disse que, no concurso de técnico de informática não tinha havido despacho, e já tinha havido, mas, com toda a franqueza, era mais curial e esperava ouvir a Sra. Presidente dizer que houve um erro, não estava informada e o que então disse não correspondia à realidade. Disse que era isso que a Sra. Presidente lhes devia ter dito mas achou por bem dizer que anulou os concursos de mobilidade todos, levando-os a presumir que o concurso para técnico de informática também foi anulado. Disse que era muito mais curial ter ido por aí e, sinceramente, era o que esperava, pois era o que faria se tivesse sido enganado, como a Sra. Presidente, pessoalmente, acabou por lhe dizer; acredita que a Sra. Presidente não soubesse porque, se soubesse não acredita que, publicamente, tivesse dito o que disse. No que se refere à obra de Palhavã, perguntou pelo projeto pois o mesmo deve ser do conhecimento do Executivo, bem como os respetivos custos, modalidade de execução da obra e eventual repartição de responsabilidades. Disse ao Vereador Bruno Graça que os fait divers vieram de si pois, se estava tudo bem, foram mesmo fait divers o que acabou a dizer, e não foram responsabilidade da oposição pois, no seu caso, limita-se a analisar conteúdos e coisas concretas, não vem para aqui com quaisquer especulações. Disse que percebe perfeitamente que a CDU ache que não



*J*  
*M*

75

tem nenhuma responsabilidade diretas naquilo que se passou e que, quando aqui é colada a algum desastre que foi a gestão destes anos de mandato, obviamente não goste, não queira e faça tudo para se afastar dessa apreciação, farão tudo para que tudo corra melhor e para que as coisas se resolvam mas não deixa de ser responsabilidade da coligação. Disse que ainda bem que, hoje, aqui disseram o que disseram, que reiteraram que as coisas andaram sempre bem e que foram fait divers e especulações dos outros, porque, infelizmente, o resultado é o que é. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques requereu** o fornecimento de cópia do despacho de nomeação do Chefe de Gabinete da Sra. Presidente, bem como de todos os despachos em que lhe foram delegadas competências. -----

Continuando, **o Sr. Vereador Pedro Marques** reiterou o que disse em relação ao conteúdo das reuniões e solicitou que a Sra. Presidente, em conjunto com os serviços, analisassem bem a situação porque, face ao Portal da Transparência que aqui foi aprovado, por unanimidade, todos os despachos e decisões que tomam no âmbito das respetivas competências deviam ser do conhecimento de todo o Executivo, não tem qualquer dúvida de que aquelas que envolvem despesa, e todas as outras, ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, devem ser comunicadas a todo o Executivo, o que não tem acontecido, como todos sabem. Disse que espera que a Sra. Presidente possa corrigir isso até final do mês pois, se tal não acontecer terão que atuar de outra forma. Em matéria de saúde, disse que tiveram conhecimento de que o Hospital tem ao seu serviço pelo menos seis macas ainda em lona, diria que do século passado, as quais não oferecem condições de segurança, e pediu que a situação seja tida em conta. Referiu-se ao acidente ocorrido na Barragem do Castelo do Bode, onde um funcionário ficou eletrocutado, e à situação de o CODU ter chamado os Bombeiros de Ferreira do Zêzere, o que, pelo menos, originou um atraso de vinte minutos na prestação do socorro, e solicitou informação sobre o que se passou, se o CODU não tem confiança nos Bombeiros de Tomar pois algo de estranho se passa e a Sra. Presidente devia tentar saber o que se passou. Perguntou também o que aconteceu com o autocarro de turismo que teve problemas numa curva e entrou na valeta junto ao Convento, porque essa notícia espalhou-se e entendem que é algo que não é benéfico para Tomar. Disse que teve conhecimento pela comunicação social que as eleições passaram para o Pavilhão Municipal e sugeriu que se aproveitasse para melhorar as condições oferecidas aos eleitores, nomeadamente assegurando às pessoas a devida e necessária descrição quando preenchem o boletim de voto. Pediu maior cuidado na entrega de documentação aos IpT pois quem procedeu à entrega do ofício dirigido



ao seu representante, para uma reunião no dia catorze de janeiro, sobre a ordenação dos candidatos a agentes das bolsas eleitorais, colocou o envelope debaixo da porta do gabinete e não tomaram conhecimento a tempo de participar, o que se teria evitado se tivessem entrado em contato consigo ou com o Dr. João Simões. Por último, reiterou o pedido de fornecimento dos despachos e decisões tomadas no âmbito das competências delegadas pela Câmara Municipal. -----

**A Sra. Presidente** começou por referir que o Sr. Vereador tem toda a razão no que se refere às competências que a Câmara Municipal delegou na presidente com a faculdade de subdelegação nos vereadores, informando que, nesta matéria têm vindo os despachos todos. Deu conhecimento que, a partir de agora, na primeira reunião de cada mês, virão os despachos proferidos no mês anterior, no âmbito dessas competências da Câmara Municipal. Informou que os despachos proferidos no âmbito da competência própria do Presidente vão sempre à Assembleia Municipal, para conhecimento, não sendo obrigatório trazê-los aqui. Disse que o Vereador Bruno Graça tomou nota da questão das macas em uso no Hospital e que, para já, desconhece a situação do autocarro de turismo que foi referida. No que se refere à prestação de socorro na Barragem do Castelo do Bode, informou que não podem dar indicações ao CODU para chamar os bombeiros A ou B mas já solicitou ao Comandante dos Bombeiros informação porque é que tal aconteceu, se houve ou não contato com os Bombeiros de Tomar para acudir àquela situação e, em caso afirmativo, porque é que não pode intervir. Lembrou que muitas das nossas ambulâncias ficam retidas horas, nomeadamente na Unidade Hospitalar de Abrantes, o que lhes retira capacidade mas, de momento, não tem informação para poder responder. -----

**O Sr. Vereador Hugo Cristóvão** disse que, segundo julga saber, a situação do autocarro se deveu a aselhive do motorista porque todos os dias ali passam dezenas de autocarros e não encontra outra razão para o sucedido, nem motivo para intervenção do Município, a não ser que haja algo que lhes esteja a escapar, independentemente de ser reconhecido por todos que, no contexto da obra, as acessibilidades ao Convento podiam ter sido pensadas de outra forma. -----

**O Sr. Vereador Pedro Marques** disse que se aprovou aqui o Portal da Transparência precisamente para evitar que a Sra. Presidente, ou alguém, tivesse que dizer que dá aquilo que é obrigatório, era para vir ao conhecimento do Executivo tudo aquilo que origina despesa e que tem efeitos exteriores. Disse que a situação financeira da Câmara se agravou nestes últimos anos muito por força de não haver um controlo da despesa que era efetuada, pois já lá



9

11

77

vai o tempo em que não se fazia um pagamento sem vir à reunião da Câmara e, se calhar, era uma boa prática, pois evitavam-se abusos. Referiu que, se um dia destes, aqui aparecer algum requerimento para uma auditoria, depois está para ver quem aprova e quem não aprova, está para ver depois, se for à área financeira, e não só, as conclusões dessa auditoria, mas uma auditoria a sério, para as coisas ficarem claras. Disse que só espera, para bem do Concelho, que se entendam e façam aquilo que devem fazer, mas é muito problemático, muitas vezes, terem conhecimento das coisas depois do munícipe, ou do fulano tal do partido A, B ou C, porque o executivo está cá para isso, é de bom tom que a Sra. Presidente e os Srs. Vereadores com pelouros deem conhecimento dos despachos e decisões, até antes da reunião seguinte. Disse que não custa nada despachar no sentido de dar conhecimento aos Vereadores, a menos que se queira fazer uma triagem e só dar conhecimento de algumas coisas, e, então, a transparência está em causa. Disse que anda farto de batalhar nisto porque entende que era assim que as coisas deviam ser feitas, era melhor para todos, e, à primeira situação que pudesse ser levantada, talvez, no futuro, se corrigissem outras. Disse que a Sra. Presidente está perfeitamente à vontade consigo porque não diz lá fora, publicamente, o que quer que seja antes de o dizer aqui, de forma frontal, porque é aqui que o deve fazer, e, por isso é que não percebe, por exemplo, que a mudança do local de voto, com a qual estão de acordo, não tenha vindo à reunião da Câmara e tenham ficado a saber pela comunicação social. -----

**A Sra. Presidente** disse que todos os despachos que implicam despesa, independentemente do montante, vão à Assembleia Municipal, que é o órgão fiscalizador do Município. Reafirmou que, em matéria de competência delegada pela Câmara Municipal, tem havido uma falha na informação prestada mas vão melhorar, prestando a necessária informação na primeira reunião de cada mês. Referiu que não querem canalizar os serviços para aquilo que é trabalho interno e deixar para trás a resolução dos processos das pessoas, porque uma coisa é despachar em papel e, no mesmo despacho, colocar com cópia à reunião, e outra é despachar no sistema de despacho eletrónico que está a ser utilizado, que não permite que o mesmo despacho siga para mais do que um serviço, obrigando a despachos setor a setor. -----

**O Sr. Vereador João Tenreiro** disse que lições de retórica tem recebido muitas, muitas mesmo, aqui, na reunião de Câmara, da parte do Vereador Bruno Graça. Perguntou qual é o ponto da situação do projeto da ciclovia e para quando se prevê a nomeação do Provedor do Município, cujo regulamento já se encontra aprovado. Pediu informações sobre o ponto da situação da execução do projeto de construção de rampas de acesso ao Balcão Único dos Paços do Concelho e do projeto de controlo de assiduidade dos trabalhadores do Município.



*[Handwritten signature]*

78

Questionou ainda sobre o ponto da situação do Orçamento Participativo de dois mil e dezasseis, cujas votações terminaram no início de dezembro sem que aqui tenha sido presente qualquer informação sobre o assunto. Alertou para a situação dos parquímetros instalados na cidade, com o selo de inspeção de dois mil e catorze, e perguntou se a situação está a ser tida em conta ou não. -----

**A Sra. Presidente** disse que a ciclovia da Pedreira atravessa áreas de RAN e REN, e envolve questões relacionadas com as condutas de gás, pelo que se aguardam pareceres de algumas entidades para se poder intervir. No que se refere ao Provedor do Município, informou que, entretanto, terá que promover uma reunião de trabalho com os Srs. Vereadores sobre o assunto. Aproveitou para solicitar que, no final da reunião que se realizou a um de fevereiro, os Srs. Vereadores possam participar numa reunião de trabalho para articularem as comemorações do dia da cidade e as homenagens a promover, adiantando que, nessa reunião, será agendado o regulamento interno de atribuição de insígnias municipais que foi trabalhado no âmbito da Assembleia Municipal. Relativamente à rampa de acesso ao Balcão Único, informou que o projeto mereceu parecer desfavorável da Direção Geral do Património Cultural, do qual será dado conhecimento na próxima reunião, e terá que ser reformulado o projeto. Informou que o controlo de assiduidade já está em implementação nos SMAS, como teste, e, no mês de março, entrará em vigor na Câmara Municipal. Deu conta de que surgiram um conjunto de problemas no âmbito do Orçamento Participativo de dois mil e dezasseis, os quais terão que abordar em conjunto, previamente à tomada de posição no Executivo Municipal. Informou que os serviços estão alertados para a situação dos parquímetros e vão promover em conformidade. -----

**O Sr. Vereador António Jorge** começou por salientar que, durante o fim-de-semana, na Praça da República e no início da escadaria dos Paços do Concelho, tem sido habitual ver um amontoado de lixo e de garrafas, o que não dignifica nada o nosso Concelho perante quem nos visita e quem cá habita, situação que tem sido falada em todas as reuniões. Referiu ainda a questão das infestantes que percorrem todos os arruamentos do centro histórico e da parte nova da cidade, alertando que a primavera não tarda em chegar e, quanto mais tempo demormos a intervir, mais difícil se torna resolver a situação. Relembrou que, em dois mil e quinze, o Convento de Cristo recebeu quase duzentas e sessenta mil pessoas, e reforçou a ideia de que, cada vez mais, têm que inverter este sistema daquelas pessoas, por vezes, não virem à cidade, é algo que tem que se estudar e equacionar porque precisam de dar a conhecer as unidades hoteleiras, os jardins da cidade, têm que contornar ou inverter a



*e*  
*[Signature]*  
79

situação atual e trazer aquelas pessoas à cidade. Disse que têm que se preparar as reuniões necessárias com as entidades, ver tudo o que possa ser feito, com meios próprios ou não, com mobilidade própria ou não, têm que fazer com que, à semelhança do que acontece com outras cidades europeias de grande visita, as pessoas não vão só aos monumentos e percorram também a nossa cidade. Relativamente ao esclarecimento sobre o procedimento concursal de mobilidade interna para técnico de informática, disse que, daquilo que vê e lê, mesmo de âmbito nacional, o concurso só foi anulado porque ganhou um mediatismo tal que os envergonha seriamente a todos – as pessoas falam na rua que quem ganhou não estava para ganhar e houve aqui uma troca de pastas. Disse que, de certa forma, perante tudo o que lhes chega, já não consegue acreditar em tudo o que vê, nem em tudo o que lê, porque, na sua opinião, foi anulado pelo mediatismo que nunca se esperou, pelo mediatismo negativo que ganhou, pelo mediatismo nacional extremamente precário e degradante a que a situação chegou.-----

**A Sra. Presidente** disse que ainda bem que os Srs. Vereadores do PSD aqui apresentaram um requerimento sobre este concurso porque, assim, poderão ver o procedimento todo. Considerou muito injusto para os trabalhadores da Câmara Municipal que integraram o júri do procedimento estarem a acusar que houve o que quer que seja. Recordando que a gestão dos recursos humanos é competência própria da presidente e que o Orçamento de Estado para dois mil e quinze impunha um conjunto de balizas para a contratação de pessoas, ligando depois à questão financeira, disse que havendo uma extensão daquele orçamento o Município de Tomar não pode admitir ninguém, seja por concurso externo, seja por mobilidade. Disse que os concursos de mobilidade foram todos anulados e que os concursos externos para coveiro e carpinteiro não o foram, na esperança de que a situação melhore, até ver o Orçamento do Estado para dois mil e dezasseis. Sublinhou que, se continuar a haver, de forma mais ou menos vincada, as restrições à entrada de trabalhadores na administração local, por mobilidade ou por concurso externo, têm que ponderar quais os setores onde mais falta fazem. Terá que concordar que um coveiro faz mais falta que um técnico de informática mas é verdade que estamos altamente deficitários na área da informática e têm estado a utilizar o técnico de informática dos SMAS para prestar apoio às escolas pois todas as escolas do pré-escolar e do primeiro ciclo têm computadores e a respetiva assistência e manutenção é assegurada pelo Município. Disse que têm que aguardar para ver o que diz o próximo Orçamento do Estado sobre esta matéria, e pensar quais são os setores que são prioritários em matéria de admissão de pessoal, sendo certo que, em sua opinião, o mapa de pessoal para



80

o corrente ano foi muito bem aprovado porque reflete as necessidades do Município e, de entre estas, perante as possibilidades legais que venham a ter, têm que decidir os setores ou as categorias profissionais mais prioritárias. Concordou que têm que equacionar outras formas de intervenção para evitar a situação do lixo na Praça da República, ao fim-de-semana, nomeadamente recorrendo à prestação de serviços de limpeza, se houver possibilidade para isso. Sobre os infestantes, disse que, na passada semana, começaram a ser aplicados os fitofarmacêuticos mas as condições climatéricas não permitem continuar, têm que estar, pelo menos, dois ou três dias sem chover para o trabalho ser retomado. -----

**O Sr. Vereador João Tenreiro** disse que não era para intervir não fosse a forma como a Sra. Presidente respondeu ao Vereador António Jorge relativamente à possibilidade de contratação porque sobre o concurso de mobilidade, no geral, todos perceberam a situação, não vale a pena a Sra. Presidente dar uma ideia daquilo que não é, porque não são parvos, percebem as coisas e percebem perfeitamente qual foi o problema. Sublinhou que, claramente, a situação com a CDU ficou resolvida por causa do concurso, tendo em conta a declaração desta força política e a declaração de hoje do Vereador Bruno Graça, não vale a pena escamotear e dizer para fora que foram os outros que lançaram boatos, porque ninguém os lançou, foram os próprios que, na última reunião, fizeram o teatro todo. Salientou que o PSD não coloca em causa o júri e sabe de quem é a competência da gestão dos recursos humanos, para além de reconhecer a liberdade que assiste a quem quer concorrer - nunca colocaram em causa o anterior chefe de gabinete porque, se tem aptidão para tal e requisitos para concorrer, é legítimo que concorra; se era melhor do que os outros concorrentes e tinha as condições para ficar no Município, nunca ouviram ao PSD nada sobre isso, a Sra. Presidente ouviu isso foi ao seu parceiro da coligação e, se calhar, dentro do seu próprio partido; ao PSD a Sra. Presidente nunca ouviu. Salientou que a Sra. Presidente não pode é vir, agora, dizer o que disse sobre o Orçamento do Estado para dois mil e quinze, que considera o resultado de não darem resposta aos requerimentos que o PSD apresenta pois, em vinte e oito de setembro do ano passado, perante a publicitação do concurso de mobilidade na edição de quinze de agosto do jornal O Público, alertaram para a situação da proibição do aumento da despesa com pessoal em dois mil e quinze, com a exceção para os municípios que, em dois mil e catorze, tenham uma despesa com pessoal e aquisição de serviços a pessoas singulares inferior a trinta e cinco por cento da média da receita corrente líquida, cobrada nos últimos três exercícios, sendo aqui possível aumentar o montante correspondente a vinte por cento da margem disponível, e, ainda, para o facto de que o incumprimento desta regra dá lugar a uma redução das



transferências do Estado, incluindo a participação no IRS, no montante equivalente ao excesso face ao limite, até a um máximo de vinte por cento do montante total das transferências, o que põe em causa a já degradada situação financeira da autarquia. Sublinhou que, naquela altura, perante o alerta do PSD, a resposta foi zero, fizeram ouvidos moucos, e, agora, a Sra. Presidente está a fundamentar a decisão com base na informação para a qual foi alertada, e que, na altura, contrariou. Lembrou que, na altura, embora não tenha prestado resposta por escrito, a Sra. Presidente disse que não tinha problemas nenhuns e, agora, vem justificar que foi o Secretário de Estado que alertou. Disse que quer ver a fundamentação porque, se a fundamentação foi essa, qualquer concorrente que o queira vai para Tribunal e, claramente, anula o despacho que anulou o concurso. -----

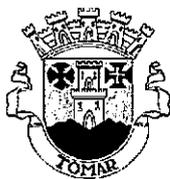
**A Sra. Presidente** disse que Tomar tem mais coisas importantes para discutir e lembrou que os concursos de admissão obedecem a critérios e prazos, e que, sendo um concurso para as pessoas iniciarem funções em janeiro de dois mil e dezasseis, a questão que o Vereador João Tenreiro invoca da lei se coloca apenas quando o trabalhador vem para o organismo, não se coloca a montante, porque, senão, ninguém abria concursos, durante o ano não se sabe quantos trabalhadores se vão aposentar, por exemplo. Disse que os concursos externos que estão a decorrer para coveiro e carpinteiro, só podem levar à admissão estando verificadas as condições que vierem na lei do Orçamento do Estado para dois mil e dezasseis, e que, a manter-se o que lhe foi dito por este membro do Governo terão que fazer um downside, e isso é decisão nossa. -----

**Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Sra. Presidente apresentou, para aprovação, a ata da reunião do Executivo Municipal realizada no dia vinte e três de novembro de dois mil e quinze, cuja leitura foi dispensada por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal, a qual foi aprovada por unanimidade.** -----

**O Sr. Vereador António Manuel Baptista Gonçalves Jorge não participou na votação** por não ter estado presente na referida reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do CPA, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

**Seguidamente, a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia:** -----

**BALANCETE:** - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia quinze de janeiro do ano de dois mil e dezasseis, o qual acusa os seguintes saldos: três milhões, trezentos e trinta e sete mil trezentos e sessenta e oito euros e trinta e oito cêntimos (3.337.368,38€) em Operações Orçamentais, e setenta mil



J.  
A

trezentos e noventa e nove euros e trinta e seis cêntimos (70.399,36€) em Operações Não Orçamentais.-----

**PROPOSTAS:**-----

**PROPOSTAS DA SENHORA PRESIDENTE:**-----

**N.º 01 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE TOMAR**-----

Foi presente uma proposta da Sra. Presidente do seguinte teor: "Nos termos da alínea p) do nº1 do artigo 33º do anexo à lei nº75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição ao Centro Cultural e Desportivo da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Tomar, um subsídio para apoio às suas atividades estatutárias, no valor de cinco mil e seiscentos euros (5.600€), a pagar dentro das disponibilidades financeiras do Município, considerado o cabimento, que deve fazer parte da deliberação."-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o subsídio proposto, com cabimento n.º 5946/2016, nos termos da alínea p) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por maioria de quatro votos a favor, os votos contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e a abstenção do Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques.-----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge apresentaram a seguinte declaração de voto: "Mais uma vez, estranhámos a atribuição destes subsídios.-----

Votamos Contra, reiterando as considerações das Declarações de Voto apresentadas pelos vereadores do PSD, nas reuniões de Câmara anteriores.-----

Pretendemos saber:-----

1. Para que efeitos são os subsídios?-----
2. Onde foram gastas as anteriores atribuições, que já vierem às reuniões de Câmara?-----
3. Queremos o relatório de contas destas entidades, dos últimos 2 anos, demonstrativas das aplicações, ou não, destes subsídios e das atividades a que os mesmos se destinaram?".-----

**N.º 02 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DESPORTIVA E BENEFICÊNCIA DOS BOMBEIROS DE TOMAR**-----

Foi presente uma proposta da Sra. Presidente do seguinte teor: "Nos termos da alínea u) do nº1 do artigo 33º do anexo à lei nº75/2013, de 12 de setembro, proponho a atribuição à Associação Cultural Desportiva e Beneficência dos Bombeiros de Tomar, um subsídio para



apoio às suas atividades estatutárias, no valor de quatro mil e novecentos euros (4.900€), a pagar dentro das disponibilidades financeiras do Município, considerado o cabimento, que deve fazer parte da deliberação.”.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou atribuir o subsídio proposto, com cabimento n.º 5947/2016, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Esta deliberação foi tomada por maioria de quatro votos a favor, os votos contra dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e a abstenção do Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques.-----

Os Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro e António Manuel Baptista Gonçalves Jorge apresentaram a seguinte declaração de voto: “Mais uma vez, estranhámos a atribuição destes subsídios.-----

Votamos Contra, reiterando as considerações das Declarações de Voto apresentadas pelos vereadores do PSD, nas reuniões de Câmara anteriores.-----

Pretendemos saber:-----

1. Para que efeitos são os subsídios?-----

2. Onde foram gastas as anteriores atribuições, que já vierem às reuniões de Câmara?-----

3. Queremos o relatório de contas destas entidades, dos últimos 2 anos, demonstrativas das aplicações, ou não, destes subsídios e das atividades a que os mesmos se destinaram?”.-----

**N.º 03 - PROTOCOLO COM A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE TOMAR (SÃO JOÃO BAPTISTA E SANTA MARIA DOS OLIVAIS) PARA INTERVENÇÕES NO PERÍMETRO URBANO**-----

Foi presente uma proposta da Sra. Presidente do seguinte teor: “Considerando que uma atuação concertada entre várias entidades, pode resultar numa melhoria dos serviços prestados às populações e atendendo a que a freguesia urbana pode intervir em espaço urbano, em competências que são do município, foi celebrado em 23 de março de 2015, após aprovação em reunião de câmara, um protocolo com a junta urbana para intervenção em perímetro urbano.-----

Do referido protocolo encontravam-se excluídas as pequenas reparações nas EB1 Templários e respetivo jardim de infância, EB1 Raul Lopes e no jardim de infância de Tomar.-----

Atendendo a que, nas restantes freguesias do concelho as pequenas reparações em escolas, estão delegadas nas mesmas, propõe-se a aprovação de novo protocolo, passando a junta



*[Handwritten signature]*

urbana a intervir nas escolas mencionadas, sendo assegurados os meios financeiros via acordo de execução. -----

A reunião de câmara para aprovação da alteração ao protocolo.”. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Tomar e a União das Freguesias de Tomar (São João Baptista e Santa Maria dos Olivais) nos termos propostos.-----

Esta deliberação foi tomada por maioria de quatro votos a favor e a abstenção dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

**N.º 04 – ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA – CRITÉRIOS E MONTANTES PARA 2016** -----

Foi presente a seguinte proposta da Sra. Presidente: “Considerando que a assembleia municipal, no âmbito da competência prevista na alínea k) do nº1 do artº25º, do anexo da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, autorizou no dia 14 de Fevereiro de 2014 a câmara municipal a celebrar contratos de delegação de competências e dos respetivos acordos de execução com as juntas de freguesia, no âmbito do nº1 do artº132º, do anexo da Lei; -----

Considerando que importa aprovar os critérios relacionados com a caracterização geográfica, demográfica, económica e social de todas as freguesias abrangidas, nos termos aliás consignados no artº135º, da referida Lei 75/2013, de aplicação de princípios de igualdade e não discriminação; Considerando que no âmbito do artº133º, da mesma Lei, os acordos de execução devem prever, designadamente, os recursos financeiros necessários e suficientes ao exercício de todas ou algumas das competências previstas; -----

Considerando que o artº120º da Lei, estipula que a celebração dos contratos obedece aos princípios da igualdade, da não discriminação, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da continuidade da prestação do serviço público e da necessidade e suficiência dos recursos; Considerando, que é do interesse público a manutenção das matérias de delegadas no ano de 2015, para o ano de 2016; -----

Considerando finalmente que após dois anos de aplicação efetiva dos acordos de execução, julgo ser necessário o aumento do valor a disponibilizar para as freguesias, com acréscimo das áreas florestais contíguas e sua perigosidade, definida em Plano Municipal de Defesa da Floresta. -----

Neste enquadramento proponho que no ano de 2016 os acordos de execução a celebrar com as freguesias, obedeçam aos seguintes critérios e montantes: -----



*[Handwritten signature]*

A) Para assegurar a limpeza das vias, sargetas e sumidouros, seja atribuído à totalidade das freguesias 220.000€, a distribuir com base num ponderador de 70% por Km linear de estradas, caminhos e outras vias municipais, ao qual foi acrescentado um ponderador de 20% pelos residentes e de 10% pela área de cada freguesia, excluídos os residentes e a área urbana da cidade de Tomar e ainda as áreas florestais contíguas e sua perigosidade. Representa um aumento de 29.000€ face a 2015; -----

B) Para assegurar a limpeza de espaços públicos, excluída a cidade de Tomar, seja atribuído à totalidade das freguesias 130.000€, a distribuir com base num ponderador de 70% pelos residentes e 30% pela área de cada freguesia, excluídos os residentes e a área urbana da cidade de Tomar. Representa um aumento de 60.000€. -----

C) Para assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico e promover a manutenção dos seus espaços envolventes, seja atribuído à totalidade das freguesias 180.000€, a distribuir com base num ponderador de 40% do número de alunos, 25% do número de turmas, 25% do número de edifícios escolares e 10% da área envolvente. Representa um acréscimo de 60.000€. -----

A totalidade de meios financeiros a disponibilizar às juntas de freguesia cifra-se em 596.000€, divididos em 530.000€ referente às competências acima elencadas e 66.000€ de componente fixa, registando-se um aumento global de 116.000€. -----

A reunião de câmara para aprovação dos critérios e montantes a afetar aos acordos de execução para o ano de 2016.”. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida proposta nos seus precisos termos. -----

Esta deliberação foi tomada por maioria de quatro votos a favor e a abstenção dos Srs. Vereadores João Miguel da Silva Miragaia Tenreiro, António Manuel Baptista Gonçalves Jorge e Pedro Alexandre Ramos Marques. -----

**INFORMAÇÕES DA SENHORA PRESIDENTE:**-----

**N.º 05 – PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2016 DA ADIRN** -----

Foi presente, para conhecimento, informação relativa ao Plano de Atividades e Orçamento para 2016 da ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte, aprovados em Assembleia Geral realizada a 30 de dezembro de 2015, e ao aumento da quotização, excecionalmente para o corrente ano, para os municípios e instituições públicas, acompanhada dos referidos documentos. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----



*[Handwritten signature]*

**N.º 06 – CEDÊNCIA DO AUTOCARRO DO MUNICÍPIO DE TOMAR DURANTE O MÊS DE DEZEMBRO DE 2015** -----

Foi presente a informação n.º 2/2016 do Gabinete de Apoio à Presidência, à Vereação e à Provedoria Municipal, dando conhecimento das cedências do autocarro do Município durante o mês de dezembro de 2015.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar as cedências efetuadas durante o mês de dezembro de 2015 e os apoios prestados, no montante total de 1.861,50€.------

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**GABINETE DE COMUNICAÇÃO:**-----

**N.º 07 – RELATÓRIO DE CUSTOS DE IMPRESSÃO NO ANO DE 2015**-----

Foi presente, para conhecimento, o relatório de custos das impressões efetuadas pelo Gabinete de Comunicação durante o ano de 2015. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS:**-----

**N.º 08 - EMPREITADA DE PROTEÇÃO DAS MARGENS DO RIO NABÃO A JUSANTE DO AÇUDE DO FLECHEIRO – Receção definitiva**-----

Foi presente a informação n.º 5481/2015 do Departamento de Obras Municipais, submetendo ao Executivo Municipal o auto de vistoria para receção definitiva da obra de proteção das margens do Rio Nabão a jusante do Açude do Flecheiro, a cargo da empresa Lusitânia – Sociedade de Construções, Lda, o qual conclui que a obra se encontra em condições de ser recebida definitivamente, bem como a restituição das garantias ainda em posse do dono da obra. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou receber definitivamente a obra de proteção das margens do Rio Nabão a jusante do Açude do Flecheiro, atento o teor do auto de vistoria de 16 de setembro de 2015, que homologa, e promover a restituição das garantias na posse do Município, conforme proposto. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**N.º 09 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO COMPLEXO CULTURAL E MUSEU DA LEVADA – Revisão de preços**-----

Foi presente a informação n.º 3/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o oitavo cálculo da revisão de preços relativa à empreitada de requalificação do Complexo Cultural e Museu da Levada, no valor de 96.862,20€ (noventa e



*[Handwritten signature]*

87

seis mil oitocentos e sessenta e dois euros e vinte cêntimos), do qual resulta a favor do município o montante de 1.375,60€. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a informação prestada, deliberou: -----

1.- Aprovar o referido cálculo da revisão de preços, no valor de 96.862,20€ (noventa e seis mil oitocentos e sessenta e dois euros e vinte cêntimos), do qual resulta a favor do município o montante de 1.375,60€ (mil trezentos e setenta e cinco euros e sessenta cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal; -----

2.- Notificar o empreiteiro Constarte - Construções, SA a proceder ao pagamento de 1.375,60€ (mil trezentos e setenta e cinco euros e sessenta cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal. ----  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 10 – EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DO COMPLEXO CULTURAL E MUSEU DA LEVADA - Conta final provisória**-----

Foi presente a informação n.º 5/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a conta da empreitada de requalificação do Complexo Cultural e Museu da Levada, a título provisório, uma vez que os índices de revisão de preços conhecidos ainda não abrangem a totalidade do período dos trabalhos. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a informação prestada, deliberou: -----

1.- Aprovar a conta final da empreitada de requalificação do Complexo Cultural e Museu da Levada, a título provisório, no valor de 5.325.342,28€ (cinco milhões trezentos e vinte cinco mil trezentos e quarenta e dois euros e vinte oito cêntimos), onde se inclui revisão de preços e o IVA correspondente;-----

2.- Notificar o empreiteiro da conta de empreitada ora aprovada, concedendo o prazo de 15 dias para assinar ou deduzir reclamação fundamentada, nos termos e para os efeitos da legislação aplicável.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 11 – CEDÊNCIA DE VEÍCULO PESADO À JUNTA DE FREGUESIA DE SABACHEIRA ---**

Foi presente a informação n.º 207/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a cedência de camião à Junta de Freguesia de Sabacheira, para transporte de tout-venant e bago de arroz, dando origem a uma despesa de 406,40€. -----



88

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizou a referida cedência. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 12 – CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTO À JUNTA DE FREGUESIA DE SERRA E JUNCEIRA**

Foi presente a informação n.º 222/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a cedência de equipamento à Junta de Freguesia de Serra e Junceira, no âmbito da repavimentação da Rua da Hortinha, dando origem a uma despesa de 613,00€. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizou a referida cedência. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 13 – CEDÊNCIA DE VEÍCULO PESADO À JUNTA DE FREGUESIA DE SERRA E JUNCEIRA**-----

Foi presente a informação n.º 223/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo a aprovação do Executivo Municipal, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a cedência de viatura pesada de mercadorias à Junta de Freguesia de Serra e Junceira, no âmbito da repavimentação da Rua da Hortinha, dando origem a uma despesa de 405,00€. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho da Sra. Presidente que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, autorizou a referida cedência. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 14 - CEDÊNCIA DE EQUIPAMENTOS ÀS FREGUESIAS NO ANO DE 2015** -----

No seguimento das deliberações de 18 de fevereiro e 8 de junho de 2015, foi presente, para conhecimento, a informação n.º 229/2016 do Departamento de Obras Municipais, submetendo ao Executivo Municipal o mapa de distribuição de equipamentos pelas juntas de freguesia no ano de 2015, no valor total de 44.436,00€.-----

A Câmara tomou conhecimento.-----

**DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO:**-----

**N.º 15 - CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PARECER** -----



Foi presente o processo n.º 485/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para ampliação do número de compartes do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 287, secção A, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, de que é titular Adelino Ribeiro, com informações n.ºs 95/2016 e 157/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 287, secção A, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa. --- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 16 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PARECER**-----

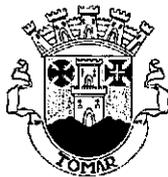
Foi presente o processo n.º 486/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para ampliação do número de compartes do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 96, secção 1G, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, de que é titular Adelino Ribeiro, com informações n.ºs 94/2016 e 176/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 96, secção 1G, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa. --- Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 17 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PARECER**-----

Foi presente o processo n.º 487/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para ampliação do número de compartes do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 291, secção A, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, de que é titular Adelino Ribeiro, com informações n.ºs 93/2016 e 173/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º



90

291, secção A, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa. ---  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 18 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PARECER**-----

Foi presente o processo n.º 488/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para ampliação do número de compartes do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 47, secção 1G, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, de que é titular Adelino Ribeiro, com informações n.ºs 90/2016 e 174/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 47, secção 1G, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa. ---  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 19 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PARECER**-----

Foi presente o processo n.º 489/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para ampliação do número de compartes do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 301, secção E, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, de que é titular Adelino Ribeiro, com informações n.ºs 89/2016 e 175/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 301, secção E, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa. ---  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 20 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PARECER**-----

Foi presente o processo n.º 490/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para ampliação do número de compartes do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 237, secção E, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, de que são titulares Custódio dos Santos Mendes e Adelino Ribeiro, com informações n.ºs 87/2016 e 177/2016 da Divisão de



*[Handwritten signature]*

Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 237, secção E, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.---  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 21 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PARECER**-----

Foi presente o processo n.º 491/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para ampliação do número de compartes do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 16, secção E, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, de que é titular Adelino Ribeiro, com informações n.ºs 86/2016 e 178/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 16, secção E, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.---  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 22 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PARECER**-----

Foi presente o processo n.º 492/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para ampliação do número de compartes do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 171, secção G, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, de que é titular Adelino Ribeiro, com informações n.ºs 84/2016 e 184/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física.-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 171, secção G, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa.---  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 23 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PARECER**-----



*[Handwritten signature]*

Foi presente o processo n.º 493/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para ampliação do número de compartes do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 293, secção E, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, de que é titular Adelino Ribeiro, com informações n.ºs 82/2016 e 190/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 293, secção E, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa. -- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**N.º 24 – CONSTITUIÇÃO DE COMPROPRIEDADE – PARECER** -----

Foi presente o processo n.º 494/DIVER/DGT/2015, relativo ao pedido de parecer para ampliação do número de compartes do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 235, secção G, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, de que é titular Adelino Ribeiro, com informações n.ºs 81/2016 e 186/2016 da Divisão de Gestão do Território, submetendo ao Executivo Municipal a emissão de parecer favorável à compropriedade do referido prédio desde que daí não resulte a sua divisão física. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou dar parecer favorável à constituição da compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo n.º 235, secção G, da União das Freguesias de Casais e Alviobeira, desde que daí não resulte a divisão física do prédio, conforme proposto nas supra referidas informações, que homologa. -- Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**DIVISÃO DE ASSUNTOS JURÍDICOS:** -----

**N.º 25 – ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA – UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO PAVILHÃO MUNICIPAL CIDADE DE TOMAR** -----

Foi presente a seguinte proposta da Sra. Presidente: "Atendendo a que as mesas de voto para a eleição de Presidente da República irão funcionar no pavilhão municipal; -----  
Atendendo a que se devem dar todas as condições aos cidadãos para que possam exercer o seu dever de voto; -----  
Atendendo ainda, que deverão estar garantidas também todas as condições, aos cidadãos que asseguraram o funcionamento das mesas de voto; -----



*[Handwritten signature]*

Ao abrigo do nº 3, do artº 14º do Regulamento dos parques de estacionamento cobertos da cidade de Tomar, proponho: -----

Que seja dada isenção total no parque de estacionamento do pavilhão municipal, no dia 24 de janeiro, entre as 06.00h e as 00h00;-----

Que seja dada isenção total no dia 14 de fevereiro, entre as 06.00 e as 00h00, caso exista segunda volta eleitoral.”-----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou conceder isenção total das tarifas no parque de estacionamento do pavilhão municipal Cidade de Tomar, no dia 24 de janeiro de 2016, entre as 06h00 e as 00h00, e, caso exista segunda volta eleitoral, no dia 14 de fevereiro de 2016, entre as 06h00 e as 00h00, ao abrigo do n.º 3 do art.º 14.º do regulamento dos Parques de Estacionamento Cobertos, conforme proposto. -----  
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**N.º 26 – EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA NA ALIENAÇÃO ATRAVÉS DE VENDA JUDICIAL DO 1.º ANDAR ESQUERDO DO PRÉDIO SITO NA TRAVESSA DA CHOROMELA, N.º 2** -----

Foi presente o parecer n.º 163/2015 da Divisão de Assuntos Jurídicos, referente ao requerimento apresentado por Carlos Alberto Lopes Cajada, na qualidade de adquirente através de venda judicial, na modalidade de venda por negociação particular, do direito de superfície da fração autónoma designada pela letra E, correspondente ao primeiro andar esquerdo do prédio sito na Travessa da Choromela, n.º 2, inscrito na matriz predial urbana sob o n.º 5536 da União das Freguesias de Tomar (São João Baptista e Santa Maria dos Olivais), pelo preço de 12.000€ (doze mil euros), para que o Executivo Municipal se pronuncie quanto ao exercício do direito de preferência na referida alienação, bem como a proposta apresentada pela Sra. Presidente. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou exercer o direito de preferência na alienação através de venda judicial da supra identificada fração, nas condições apresentadas, conforme proposto. -----

O Sr. Vereador Pedro Alexandre Ramos Marques não tomou parte nesta deliberação tendo-se ausentado da sala.-----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

**DIVISÃO DE TURISMO E CULTURA:**-----

**N.º 27 - UTILIZAÇÃO DO CINETATRO PARAÍSO DE TOMAR** -----



9

94

94

Foi presente a informação n.º 1930/2015 da Divisão de Turismo e Cultura, submetendo a ratificação do Executivo Municipal a isenção do pagamento devido pela utilização do Cineteatro Paraíso de Tomar, no dia 9 de janeiro de 2016, no âmbito de projeto dinamizado por aluna do 12.º ano, com o apoio do Agrupamento de Escolas Nuno de Santa Maria. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 3632/PR/2015, de 18 de dezembro de 2015, que, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, isentou de pagamento a referida utilização. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**DIVISÃO DE PROTEÇÃO CIVIL:** -----

**N.º 28 – ACIDENTES RODOVIÁRIOS OCORRIDOS NAS FREGUESIAS RURAIS DO CONCELHO DE TOMAR – 4.º trimestre de 2015** -----

Foram presentes, para conhecimento, as informações n.ºs 65/2016, 66/2016 e 67/2016 da Divisão de Proteção Civil, dando conta dos acidentes que ocorreram nas freguesias rurais do concelho de Tomar, durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2015. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**EQUIPA DE PROJETO TOMARHABITA:** -----

**N.º 29 – PROJETO DO CENTRO ESCOLAR DA LINHACEIRA – programa base** -----

Foi presente a informação n.º 116/2015 da Equipa de Projeto TomarHabita, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o programa base para a construção do Centro Escolar da Linhaceira, apresentado pelo atelier Rua-arquitetos, Lda. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a supra referida informação, deliberou aprovar o programa base para a construção do Centro Escolar da Linhaceira, nos termos propostos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**N.º 30 - PROJETO DE RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS PÚBLICAS JUNTO À CAPELA DE SÃO GREGÓRIO – parecer da Direção-Geral do Património Cultural** -----

Foi presente, para conhecimento, o parecer prestado pela Direção-Geral do Património Cultural relativamente ao projeto apresentado pela Câmara Municipal para recuperação das instalações sanitárias públicas junto à Capela de São Gregório. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO:** -----



**N.º 31 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – Reunião de 5 de janeiro de 2016----**

Foi presente, para conhecimento, a informação n.º 76/2016 da Unidade de Intervenção Social e Educação, bem como a documentação apresentada e debatida na reunião do Conselho Municipal de Educação, realizada a 5 de janeiro de 2016. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

**N.º 32 - ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO A ESTUDANTES NO ENSINO SUPERIOR – Ano letivo 2015/2016 -----**

Foi presente a informação n.º 83/2016 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal o relatório da Comissão de Análise das candidaturas para atribuição de Bolsas de Estudo a alunos do Ensino Superior para o ano letivo 2015/2016. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar o relatório apresentado, nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 14.º do Regulamento Municipal para atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, atribuindo as bolsas de estudo aos estudantes identificados, nos montantes propostos. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**N.º 33 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR – ATRIBUIÇÃO DE AUXÍLIOS ECONÓMICOS A ALUNOS CARENCIADOS – ANO LETIVO 2015/2016 – 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO - 4.ª FASE -----**

Foi presente a informação n.º 85/2016 da Unidade de Intervenção Social e Educação, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a atribuição de 5 escalões A e 1 escalão B para subsídio de refeição a 6 alunos carenciados do 1.º ciclo do ensino básico, no ano letivo 2015/2016. -----

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a atribuição dos apoios no âmbito da ação social escolar, no ano letivo 2015/2016, nos termos da supra referida informação, que homologa. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

**Terminados os trabalhos, sendo dezasseis horas e dez minutos, a Sra. Presidente, declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião. -----**

**Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo. --**



Instituto  
de Administração

---